

**INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS
2016**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR - COM RESSALVAS SOBRE A
FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Declaração do Contador			
Denominação Completa (UPC)		Código da UG	
26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul		153114	
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2016, do órgão 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Saldo no valor de R\$ 1.905.954,54 na conta 2.1.8.9.1.12.00 - Convênios e Instrumentos Congêneres Devolvidos;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Alegre	Data	01/03/2017
Contador Responsável	Denise de Carvalho Benedetti Santos	CRC nº	RS-069243/O-0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	35.593.817,00	35.593.817,00	29.158.948,76	-6.434.868,24
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	9.400.328,00	9.400.328,00	10.640.452,71	1.240.124,71
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.953.385,00	1.953.385,00	2.862.715,88	909.330,88
Valores Mobiliários	7.446.943,00	7.446.943,00	7.777.736,83	330.793,83
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	633.421,00	633.421,00	273.272,79	-360.148,21
Receita Industrial	265.329,00	265.329,00	-	-265.329,00
Receitas de Serviços	25.044.677,00	25.044.677,00	16.438.967,04	-8.605.709,96
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	25.044.677,00	25.044.677,00	16.438.967,04	-8.605.709,96
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	674.699,32	674.699,32
Outras Receitas Correntes	250.062,00	250.062,00	1.131.556,90	881.494,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	158.788,00	158.788,00	259.929,80	101.141,80
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	91.274,00	91.274,00	871.627,10	780.353,10
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	62.987,00	62.987,00	52.800,00	-10.187,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	62.987,00	62.987,00	52.800,00	-10.187,00
Alienação de Bens Móveis	62.987,00	62.987,00	52.800,00	-10.187,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	35.656.804,00	35.656.804,00	29.211.748,76	-6.445.055,24
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	35.656.804,00	35.656.804,00	29.211.748,76	-6.445.055,24
DÉFICIT			1.650.191.503,36	1.650.191.503,36
TOTAL	35.656.804,00	35.656.804,00	1.679.403.252,12	1.643.746.448,12
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.548.140.196,00	1.692.838.521,00	1.665.603.624,92	1.648.018.192,31	1.645.159.404,17	27.234.896,08
Pessoal e Encargos Sociais	1.309.697.082,00	1.429.912.274,00	1.371.563.071,86	1.371.559.473,65	1.371.558.670,63	58.349.202,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	238.443.114,00	262.926.247,00	294.040.553,06	276.458.718,66	273.600.733,54	-31.114.306,06
DESPESAS DE CAPITAL	45.957.191,00	17.022.270,00	13.799.627,20	9.162.136,94	7.912.595,59	3.222.642,80
Investimentos	45.957.191,00	17.022.270,00	13.799.627,20	9.162.136,94	7.912.595,59	3.222.642,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.594.097.387,00	1.709.860.791,00	1.679.403.252,12	1.657.180.329,25	1.653.071.999,76	30.457.538,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.594.097.387,00	1.709.860.791,00	1.679.403.252,12	1.657.180.329,25	1.653.071.999,76	30.457.538,88
TOTAL	1.594.097.387,00	1.709.860.791,00	1.679.403.252,12	1.657.180.329,25	1.653.071.999,76	30.457.538,88

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.747.343,22	22.545.252,65	19.502.990,04	16.483.116,18	2.518.573,96	10.290.905,73
Pessoal e Encargos Sociais	-	58.343,20	58.343,20	58.343,20	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.747.343,22	22.486.909,45	19.444.646,84	16.424.772,98	2.518.573,96	10.290.905,73
DESPESAS DE CAPITAL	3.981.936,85	24.993.656,64	8.682.279,93	8.682.279,93	1.215.532,30	19.077.781,26
Investimentos	3.981.936,85	24.993.656,64	8.682.279,93	8.682.279,93	1.215.532,30	19.077.781,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.729.280,07	47.538.909,29	28.185.269,97	25.165.396,11	3.734.106,26	29.368.686,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	181.941,97	16.213.677,17	15.375.789,78	145.155,44	874.673,92
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.901,71	2.901,71	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	181.941,97	16.210.775,46	15.372.888,07	145.155,44	874.673,92
DESPESAS DE CAPITAL	2.952.934,76	4.255.443,77	3.955.943,62	1.433.461,30	1.818.973,61
Investimentos	2.952.934,76	4.255.443,77	3.955.943,62	1.433.461,30	1.818.973,61
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	3.134.876,73	20.469.120,94	19.331.733,40	1.578.616,74	2.693.647,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	29.211.748,76	38.348.324,00	Despesas Orçamentárias	1.679.403.252,12	1.590.160.709,72
Ordinárias	286.512,46	350.975,41	Ordinárias	310.440.956,58	610.758.636,81
Vinculadas	30.495.871,80	43.525.856,99	Vinculadas	1.368.962.295,54	979.402.072,91
Alienação de Bens e Direitos	52.802,00		Educação	994.587.721,66	718.900.064,62
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	30.443.069,80	43.525.856,99	Seguridade Social (Exceto RGPS)	350.089.046,69	16.946.797,11
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.570.635,50	-5.528.508,40	Operação de Crédito		178.498.673,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	22.036.350,68	63.907.320,73
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.249.176,51	1.149.217,45
Transferências Financeiras Recebidas	1.673.593.048,33	1.565.163.411,40	Transferências Financeiras Concedidas	906.095,23	1.537.668,87
Resultantes da Execução Orçamentária	1.634.750.439,80	1.502.719.194,85	Resultantes da Execução Orçamentária	134.030,99	-
Repasse Recebido	1.634.750.439,80	1.502.719.194,85	Repasse Concedido	64.030,99	-
Independentes da Execução Orçamentária	38.842.608,53	62.444.216,55	Repasse Devolvido	70.000,00	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	36.181.511,17	56.758.141,02	Independentes da Execução Orçamentária	772.064,24	1.537.668,87
Demais Transferências Recebidas		883,13	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.935,00	75.859,35
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.661.097,36	5.685.192,40	Demais Transferências Concedidas	123.442,18	148.139,50
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	644.687,06	1.313.670,02
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	27.791.598,46	66.468.598,42	Despesas Extraorçamentárias	45.049.963,23	71.877.602,67
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.108.329,49	19.099.303,30	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	19.331.733,40	18.827.669,97
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22.222.922,87	47.538.909,29	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25.165.396,11	49.456.356,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.460.346,10	-2.142.077,38	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	552.833,72	555.798,29
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	1.972.463,21	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	3.037.777,76
Demais Recebimentos		1.972.463,21	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		3.037.777,76
Saldo do Exercício Anterior	69.585.904,18	63.181.551,62	Saldo para o Exercício Seguinte	74.822.989,15	69.585.904,18
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.585.904,18	63.181.551,62	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.822.989,15	69.585.904,18
TOTAL	1.800.182.299,73	1.733.161.885,44	TOTAL	1.800.182.299,73	1.733.161.885,44



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 11/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.202.604,18	1.150.642,90			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.202.604,18	1.150.642,90			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	774.261.405,51	752.532.718,36	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	774.261.405,51	752.532.718,36

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	74.822.989,15	69.585.904,18	PASSIVO FINANCEIRO	61.273.562,47	91.644.851,70
ATIVO PERMANENTE	699.438.416,36	682.946.814,18	PASSIVO PERMANENTE	2.009.759.739,19	8.725.733,13
SALDO PATRIMONIAL	1.296.771.896,15		SALDO PATRIMONIAL		652.162.133,53

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	90.924.633,03	84.632.701,76	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	267.730.987,47	287.008.357,16
Execução dos Atos Potenciais Ativos	90.924.633,03	84.632.701,76	Execução dos Atos Potenciais Passivos	267.730.987,47	287.008.357,16
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	12.940.056,27	15.970.358,24	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	68.004.921,60	66.613.806,57	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	73.739.794,62	78.818.854,54
Direitos Contratuais a Executar	9.979.655,16	2.048.536,95	Obrigações Contratuais a Executar	193.991.192,85	208.189.502,62
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	90.924.633,03	84.632.701,76	TOTAL	267.730.987,47	287.008.357,16

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-9.333.705,89
Recursos Vinculados	22.883.132,57
Educação	-20.499.782,09
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-4.555.256,59
Alienação de Bens e Direitos	52.800,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	48.354.390,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-469.019,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
TOTAL	13.549.426,68



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.758.413.782,79	1.678.669.366,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	19.575.189,19	29.767.160,39
Venda de Mercadorias	273.380,79	539.865,81
Vendas de Produtos	-	229.250,29
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	19.301.808,40	28.998.044,29
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.404.441,37	9.483.016,56
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	682.849,47
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	12.404.441,37	8.800.167,09
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.692.282.690,21	1.581.970.004,90
Transferências Intragovernamentais	1.673.593.048,33	1.565.163.411,40
Transferências Intergovernamentais	716.411,90	-
Transferências das Instituições Privadas	548.980,17	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.424.249,81	16.806.593,50
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	29.098.311,29	54.527.252,68
Reavaliação de Ativos	101.187,88	14.719.536,48
Ganhos com Alienação	641,38	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.449.122,07	3.328.882,22
Ganhos com Desincorporação de Passivos	22.547.359,96	36.478.833,98
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.053.150,73	2.921.931,88
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	229,15	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.052.921,58	2.921.931,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.700.140.101,57	1.644.309.438,42
Pessoal e Encargos	875.067.839,42	824.384.749,47
Remuneração a Pessoal	691.674.444,32	657.439.202,87
Encargos Patronais	139.379.197,45	131.404.642,22
Benefícios a Pessoal	43.577.588,71	35.111.342,30
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	436.608,94	429.562,08
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	534.351.446,57	496.107.609,92
Aposentadorias e Reformas	421.020.950,14	391.415.362,07
Pensões	108.491.271,28	101.780.582,85
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.839.225,15	2.911.665,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	167.706.856,45	158.787.128,48
Uso de Material de Consumo	23.844.340,09	24.037.862,86
Serviços	121.163.593,79	114.038.431,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	22.698.922,57	20.710.834,12
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	232.664,97	87.832,07
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	232.431,31	87.623,07
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	233,66	209,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	43.061.057,96	40.185.394,09
Transferências Intragovernamentais	906.095,23	1.537.668,87
Transferências Intergovernamentais	41.246.549,51	34.250.300,25
Transferências a Instituições Privadas	473.270,69	194.712,41
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	61.049,40	31.137,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	374.093,13	4.171.575,56
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	42.479.551,34	94.711.159,19
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.000.475,00	2.004.769,90
Perdas com Alienação	556.570,31	1.980.736,89
Perdas Involuntárias	3.694,96	53.599,69
Incorporação de Passivos	31.734.096,87	22.627.131,99
Desincorporação de Ativos	6.184.714,20	68.044.920,72



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 11/01/2017	PÁGINA 3
--------------------	----------

SUBTÍTULO	26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	1.741.554,48	1.451.936,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	230.702,88	142.507,78
Contribuições	1.510.851,60	1.309.428,89
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	35.499.130,38	28.593.628,53
Premiações	1.583,90	2.428,80
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	35.305.158,79	28.326.728,16
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	192.387,69	264.471,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	58.273.681,22	34.359.927,99

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	25.675.280,11	47.965.896,89
INGRESSOS	1.704.212.343,19	1.603.584.282,37
Receitas Derivadas e Originárias	28.484.249,44	38.237.424,00
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	2.862.715,88	1.919.539,85
Receita Agropecuária	273.272,79	539.718,81
Receita Industrial	-	229.250,29
Receita de Serviços	16.438.967,04	27.078.442,44
Remuneração das Disponibilidades	7.777.736,83	7.623.182,17
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.131.556,90	847.290,44
Transferências Correntes Recebidas	674.699,32	353.061,14
Intergovernamentais	674.699,32	353.061,14
Dos Estados e/ou Distrito Federal	674.699,32	353.061,14
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.675.053.394,43	1.564.993.797,23
Ingressos Extraorçamentários	1.460.346,10	-2.142.077,38
Transferências Financeiras Recebidas	1.673.593.048,33	1.565.163.411,40
Demais Recebimentos	-	1.972.463,21
DESEMBOLSOS	-1.678.537.063,08	-1.555.618.385,48
Pessoal e Demais Despesas	-1.511.885.895,40	-1.377.466.052,39
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-7.385,04	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-549.382,42
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-620.000,00
Previdência Social	-531.544.364,45	-492.997.631,47
Saúde	-10.223.150,43	-16.050.514,15
Trabalho	-962,00	-3.501,00
Educação	-966.576.979,01	-867.240.147,41
Cultura	-1.879.270,32	-
Direitos da Cidadania	-13.430,00	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-801.629,65	-4.875,94
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 11/01/2017	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-696.401,73	-
Desporto e Lazer	-142.322,77	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-165.192.238,73	-173.021.088,17
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-141.264.652,72	-133.537.645,96
Outras Transferências Concedidas	-23.927.586,01	-39.483.442,21
Outros Desembolsos das Operações	-1.458.928,95	-5.131.244,92
Dispêndios Extraorçamentários	-552.833,72	-555.798,29
Transferências Financeiras Concedidas	-906.095,23	-1.537.668,87
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-3.037.777,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20.438.195,14	-41.208.483,19
INGRESSOS	52.800,00	110.900,00
Alienação de Bens	52.800,00	110.900,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-20.490.995,14	-41.319.383,19
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.903.688,32	-39.451.273,11
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.587.306,82	-1.868.110,08
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-353.061,14
INGRESSOS	-	-353.061,14
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-353.061,14
Intergovernamentais	-	-353.061,14
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-353.061,14
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.237.084,97	6.404.352,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	69.585.904,18	63.181.551,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	74.822.989,15	69.585.904,18



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em atendimento às disposições legais e regulamentares vigentes, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), CNPJ 92.969.856/0001-98, Órgão 26244, Gestão 15235 apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício de 2016.

Constituição, Objeto Social e Contexto Operacional

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, criada pelo Decreto Estadual nº 5.758, de 28 de novembro de 1934, e federalizada pela Lei 1.254, de 04 de dezembro de 1950, é uma autarquia do poder executivo vinculada ao Ministério da Educação dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

De acordo com o art. 5º de seu Estatuto, a UFRGS tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integradas no ensino, na pesquisa e na extensão.

A Universidade atua no ensino superior nos níveis de graduação (licenciaturas, bacharelados, cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação (*stricto e lato sensu*), bem como na educação básica com o Colégio de Aplicação

Para consecução de sua finalidade a Universidade encontra-se estruturada em vinte e sete unidades de ensino (treze institutos, dez faculdades e quatro escolas), órgãos auxiliares e suplementares localizados em sete unidades educacionais localizadas em Porto Alegre (*campi* Centro, Saúde, Olímpico, Vale Agronomia), Eldorado do Sul, Imbé e Tramandaí.

De acordo com o art. 83 de seu Estatuto, os recursos financeiros da Universidade são provenientes de:

- Dotações que lhe forem atribuídas nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;
- Subvenções e doações;
- Empréstimos e financiamentos;
- Rendas de aplicação de bens e de valores patrimoniais;



- Retribuição de serviços prestados à comunidade;
- Taxas e emolumentos;
- Rendas eventuais;
- Convênios.

Critérios na Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (6ª Edição), Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP/NBC – T 16.

As demonstrações contábeis da UFRGS foram extraídas do SIAFI e são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16.6 e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000 as quais são: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Os valores são expressos em Real, moeda oficial do país, e não contemplam arredondamentos.

Apresentação das Demonstrações Contábeis

01. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da UFRGS em 31 de dezembro de 2016. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos ao final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



Ativo Circulante

O ativo circulante compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Nota 01.001 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrição para uso imediato.

Na UFRGS é composto por valores em moeda nacional disponibilizados na conta única do Tesouro Nacional, cauções recebidas em dinheiro e depositadas na Caixa Econômica Federal e recursos de convênios com o estado do Rio Grande do Sul depositados no BANRISUL ou aplicados na conta Poupança, conforme demonstrado na Tabela 01.

Tabela 01 – Demonstrativo da composição do caixa e equivalentes de caixa

Conta contábil		Valor em 31/12/2016 (R\$)
1.1.1.1.00.00	Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	74.822.989,15
1.1.1.1.1.02.06	CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	63.971.075,07
1.1.1.1.1.19.03	Demais Contas - Caixa Econômica Federal	22.327,67
1.1.1.1.1.19.08	Demais Contas - Banco do Estado do Rio Grande do Sul	938.228,78
1.1.1.1.1.50.05	Poupança	582.838,32
1.1.1.1.2.20.01	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	9.308.519,31

Fonte: SIAFI 2016

Nota 01.002 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O item Demais Créditos e Valores a Curto Prazo representa 33,39% do total do ativo e é composto, principalmente, pelos valores referentes a adiantamentos concedidos tais como: adiantamento do décimo terceiro salário e adiantamento de 1/3 de férias, conforme valores informados na folha de pagamento do mês de dezembro/2016; adiantamentos de transferências voluntárias (convênios realizados com fundações de apoio) e adiantamento a prestadores de serviços. Também compõem esse item os créditos a receber, como os créditos por infrações legais ou contratuais e o ajuste para perdas. A partir do exercício de 2016 passamos a efetuar a atualização dos créditos a receber pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e o devido registro do ajuste para perdas.



Tabela 02 – Demonstrativo da composição dos demais créditos e valores

Conta contábil		Valor em 31/12/2016 (R\$)
1.1.3.0.0.00.00	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	258.534.608,57
1.1.3.1.1.01.01	13º Salário - Adiantamento	6.879.131,60
1.1.3.1.1.01.02	1/3 de Férias - Adiantamento	882.075,27
1.1.3.1.1.04.00	Adiantamentos de Transferências Voluntárias	249.342.403,37
	Fundação Empresa Escola de Engenharia	18.177.640,07
	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	231.164.763,30
1.1.3.1.1.05.00	Adiantamento a Prestadores de Serviços	26.967,02
	Liderança Limpeza e Conservação Ltda	629,95
	Celiberto Logística Internacional Ltda	26.337,07
1.1.3.1.1.99.00	Adiantamentos Diversos Concedidos	1.088.000,00
	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.088.000,00
1.1.3.8.1.07.00	Créditos a Receber por Infrações Legais e Contratuais	2.545.920,02
	Lucas Kerber Neves	7.105,74
	Marcos Emídio Sthephanini – ME	10.165,30
	Luis Henrique Ribeiro Dubois	60.014,09
	2MM Eletro Telecomunicações Com e Repres	379.858,02
	Esfinge Construções Ltda - ME	670.699,62
	A Araújo Junqueira e Cia Ltda - EPP	53.007,73
	Elite Engenharia Ltda - ME	24.794,18
	Trivale Administração Ltda	8.706,49
	Cofipel Comércio e Atacadista Ltda - EPP	3.120,22
	Link e Card Serviços e Comércio Ltda - EPP	7.335,71
	Eduardo Cleidison dos Santos	71.565,87
	Atrios Comercial de Ferramentas Ltda - ME	1.763,96
	Multiágil Limpeza, Portaria e Serviços Associados Ltda	3.212,22
	Wisnieski Comércio de Alimentos Ltda - ME	86.858,12
	Marines Cardoso de Castro – ME	20.289,23
	Joá Construções Ltda - EPP	1.295,36
	Dental Odontomed Ltda - EPP	25.960,73
	Diseletri Distribuidora de Equipamentos de Eletricidade	606,65
	Moenda Café Ltda - ME	7.653,84
	Omega – Paper Comercial Ltda - ME	8.752,29
	Benites Moreno Livraria Ltda - ME	3.643,12
	Stok.com Comércio de Eletroeletrônicos Ltda - EPP	2.507,06

continua



continuação

	S.F.R.P. – Distribuidora de Materiais para Escritório	642,67
	João Batista Reus Diniz Menezes - ME	15.841,07
	Padua Comercial Ltda – ME	15.082,58
	Max Comércio e Serviços de Caminhões Ltda	158,02
	Braxport Indústria Comércio e Construções Ltda	1.432,21
	AJCL Serviços e Construções EIRELI	47.363,59
	Diferencial Engenharia Ltda - EPP	11.147,96
	A.Kraemer e Cia Ltda - ME	23.127,17
	Jecris Construtora e Incorporadora Ltda - ME	4.679,72
	Le Cheff Restaurantes Empresariais Ltda – ME	5.441,43
	LIC Comércio e Distribuição de Alimentos LTDA - EPP	1.264,39
	Schoen Comércio, Locação e Manutenção de Equipamentos	1.145,94
	Maria do Carmo Marciano Ribeiro Embalagens ME	505,42
	M B Montagens Industriais de Piracicaba Ltda - ME	12.367,54
	Donema Alimentos Ltda - ME	67.482,88
	M. Almeida Comércio de Produtos para Tecnologia	960,80
	Betina Frichmann Gonçalves	21.649,85
	Martene Construções Ltda - EPP	570.684,80
	Ferma Engenharia Ltda – EPP	7.324,36
	Comércio e Prestadora de Serviços Goldani Ltda – ME	3.671,35
	Gabriel Leobino Cardoso	17.694,88
	Pluri Service Serviços e Comércio Ltda – ME	48.860,04
	Eder da Silveira	76.296,47
	Asil Engenharia Ltda - EPP	58.840,44
	Santos Ferreira Lanches Ltda - EPP	3,35
	R A Simões - ME	69.854,74
	Adriana Silva da Silva	3.480,80
1.1.3.8.1.12.00	Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	246.468,97
	Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS	72.162,15
	Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	39.320,89
	Nelson Fernando Boeira	6.732,31
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	109.411,75
	Evelize Maria Vidal Carvalho	10.654,87
	Fernando Dutra Michel	8.187,00
1.1.3.8.1.16.00	Créditos a Rec. de Acerto Financeiro com Servidores/Ex-Servidores	515.227,60

continua



continuação

	Ana Paula Oliveira Muller	689,68
	Sergio Dias da Silva	288,82
	Andressa Brandtner Fernandes	76.425,55
	Luiz Alberto Gonçalves de Faria	76.680,80
	Rosicler Veigel	83.751,79
	Flávio Schramm Schenkel	226.545,51
	Marcelo Sommer dos Santos	28.859,15
	Atilio Cleder Borba Leandro	6.645,45
	Artur Bernardes do Amaral Padilha	11.539,26
	Carlos André Soares Fraga	1.171,89
	Alexandre Fagundes	2.629,69
1.1.3.8.1.17.00	Créditos a Rec. Decorrentes de Folha de Pagamento	1.484.151,85
	Forster Advogados Associados - EPP	302.431,99
	Elena Hennig	812.262,35
	Marinez Gonçalves	40.626,74
	Gabriela Regina Hennig	124.265,79
	Karen Lucia Hennig	91.728,24
	Juliane Marta Hennig Wilkinson	112.836,74
1.1.3.8.1.29.00	Créditos a Rec. De entidades Estaduais, DF e Municipais	6.187,56
	Estado do Rio Grande do Sul	6.187,56
1.1.3.8.2.12.00	Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Intra	39.026,64
	Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS	23.516,76
	Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	15.509,88

Fonte: SIAFI 2016

Nota 01.003 - Estoques

Na UFRGS, em 2016, os bens em estoque representaram 0,92% do total do ativo. Esse item é composto pelos materiais de consumo em almoxarifado, estoques de produtos para pesquisa – animais e pelas importações em andamento de bens de consumo.

Tabela 03 - Estoques

Conta contábil		Valor em 31/12/2016 (R\$)
1.1.5.0.0.00.00	Estoques	7.084.963,34
1.1.5.6.1.01.00	Materiais de Consumo	5.543.328,01
1.1.5.8.1.04.01	Animais	1.467.511,00
1.1.5.8.1.05.00	Importações em Andamento	74.124,33

Fonte: SIAFI 2016



Os materiais de consumo estão divididos entre dez almoxarifados setoriais cujo acompanhamento da movimentação é feito mensalmente pelo Relatório Mensal de Almoxarifado - RMA e ao final do exercício é apresentado o inventário de cada almoxarifado setorial.

Tabela 04 – Estoques por almoxarifado

Almoxarifado	Valor em 31/12/2016 (R\$)
153114 – Almoxarifado Central	675.799,88
153297 – Instituto de Física	5.005,27
153300 – Instituto de Química	562.292,80
153301 – Escola de Engenharia	9.489,10
153310 – Instituto de Pesquisas Hidráulicas	0,00
153315 – Faculdade de Odontologia	315.374,38
153318 – Hospital de Clínicas Veterinárias	287.704,13
153551 – Superintendência de Infraestrutura	3.001.852,52
153912 – Restaurantes Universitários	239.994,68
153928 – Almoxarifado Gráfica	445.815,25
Total	5.543.328,01

Fonte: SIAFI 2016

Cabe salientar que a Estação Experimental Agronômica apresenta apenas o inventário ao final do exercício, não apresentando relatórios mensais por seu estoque tratar-se de animais para estudos e pesquisa.

Tabela 05 – Estoques de produtos para pesquisa - animais

Almoxarifado	Valor em 31/12/2016 (R\$)
153303 – Estação Experimental Agronômica	1.467.511,00
Total	1.467.511,00

Fonte: SIAFI 2016

Nota 01.004 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ocorrerão no curto prazo.

Na UFRGS o item é composto por prêmios de seguros de veículos, equipamentos e prédios; assinaturas e anuidades de bases de dados e jornais, locação de softwares e serviços de manutenção de sistemas informatizados e garantias de equipamentos.



Em 2016 as Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente apresentaram um acréscimo, em relação a 2015, de 54,19%.

Tabela 06 – Composição das variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Conta contábil		Valor em 31/12/2016 (R\$)
1.1.9.0.00.00	Varição Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente	803.202,50
1.1.9.1.1.00.00	Prêmios de Seguros a Apropriar	21.618,79
1.1.9.2.1.00.00	VPD Financeiras a Apropriar	43.290,41
1.1.9.3.1.00.00	Assinaturas e Anuidades a Apropriar	692.571,62
1.1.9.4.1.00.00	Aluguéis Pagos a Apropriar	2.756,39
1.1.9.8.1.04.00	VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	42.965,29

Fonte: SIAFI 2016

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos com expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis sendo composto pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Nota 01.005 - Realizável a Longo Prazo

Na UFRGS o item é formado pelo valor de R\$ 7.286.507,88 (sete milhões e duzentos e oitenta e seis mil e quinhentos e sete reais e oitenta e oito centavos) referente à dívida ativa não tributária ajustado pelo valor estimado de perda de R\$ 7.130.307,80 (sete milhões e cento e trinta mil e trezentos e sete reais e oitenta centavos), que representa 97,86% do total inscrito.

A dívida ativa abrange os créditos a favor da fazenda pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido quitados e não abrangidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 39, parágrafo 2º, define como dívida ativa tributária o crédito da fazenda pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas. Os créditos provenientes das demais origens são considerados dívida ativa não tributária.

O valor inscrito em dívida ativa na UFRGS é referente a créditos a receber não recebidos dentro dos prazos tais como salários recebidos indevidamente, multas contratuais, aluguéis de concessionários.



Salientamos que no caso de autarquias a competência para a apuração de certeza e liquidez, inscrição em dívida ativa e gestão administrativa e judicial desses créditos é da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

Tabela 07 – Composição da dívida ativa não tributária

Conta Contábil	Valor em 31/12/2016 (R\$)
Denise Capra de Almeida	488.644,13
Mello Promoções e Eventos S.A. Martins	11.027,12
Hayotech Ltda	30.686,43
A. Kremer Cia Ltda	141.087,53
Comissária Eichenberg Ltda	14.685,81
Lex Construtora Ltda	178.279,59
Amaro Estruturas Metálicas	82.146,00
Construtora Bertesch	39.466,42
Trento Engenharia e Construções Ltda	8.143,85
IV Construtora Ltda	299.170,07
Vignolo Construções Ltda	54.875,48
Office Copy Comércio de Material de Escritório Ltda	38.381,68
Helion Freitas da Trindade	1,80
SPUR – comércio, Importação e Exportação EIRELI	1.840,18
Help Line comércio e Assistência Técnica em Informática	20.229,13
Gabriel Armando Nunes Prompt	1.187,67
Fernando Machado de Lemos	3.484,75
Paulo Geraldo Carneiro Mendes	14.881,46
Watt Telecomunicações e Redes Elétricas Ltda	7.344,97
Cemin Castagna Eletroeletrônica Ltda	5.230,03
Formipar – comércio de Artigos para Móveis Ltda	9.038,57
Auto Mecânica Brasil Ltda	162.202,28
Egídio Dall Agnol	25.003,57
Lidermédica – comércio Atacadista de Produtos Médicos	1.025,14
Elisiane Pinheiro - ME	17.483,58
Norma Elétrica Ltda	1.710,54
Wisnieski Comércio de Alimentos Ltda	33.737,11
Distribuidora Edital Ltda	38.573,79
Glossário Comércio de Livros Ltda	28.492,10
A.M.I. Comércio e Serviços Ltda	1.113.652,54
Papelaria Wespi	1.473,56

continua



continuação

Thalentos Engenharia Ltda	7.294,92
Luiz Rogério Silva Alves – ME	37.813,38
Eloisa de Quadros Diniz	60.499,82
Costa e Costa da Silva Ltda	921,84
Alvenarix Construções Ltda	19.236,66
Artek Construções e Representações Ltda	18.227,21
Rafael Terlan da Silva – ME	66.104,27
Pala – engenharia Ltda	15.251,39
Marcos Emídio Stephanini - ME	17.079,67
João Batista Reus Diniz Menezes - ME	17.196,59
AFM Distribuição e Transportes Ltda	88.609,22
Michelle Oscar da Cruz – ME	29.566,44
Cláudio Prestes de Oliveira	2.314,89
Helo Domiciano Consultoria, Projetos e Gerenciamento	11.536,62
Armando Andrade	1.540,37
R L Almeida Sousa – ME	10.875,43
Elite Engenharia Ltda	1.280,50
Premium Comércio de Equipamentos e Suprimentos Ltda	20.807,96
S M Carvalho Construções Ltda	11.408,36
Rosana Curzel	2.104,83
Inforchip7 Comercial EIRELLI - EPP	3.166,23
Hiperhouse Impermeabilização, Comércio e Serviços	14.176,21
Sirlei Barbosa Alencastro	694,42
Margareth Widholzer Galant	280,12
Bruna Bezerra da Silva Eletrônica - ME	2.024,06
Elsa Duque Estrada Blessmann	43.717,32
TSK Comércio em Geral Ltda	655,63
Ulf Georg Klemt	248,86
Marta Elena de Carlos	155.788,80
João Carlos Speggiorin	503,11
Ronauro Hernandez Borba	9,36
Valéria Tovar Verba	4.015,96
Silvia Rejane Rodrigues Klein	11.924,59
Marco Antônio Balconi Clarino	147,73
Maria Geci Wieliczko	76,80
Gehysa Guimarães Alves	1.624,43

continua



continuação

José Antônio Crespo Cavalheiro	244,06
Carla Maria de Martini Vanin	76,19
Renato Luiz Gomes de Castro	2.552,59
Renato Xavier da Silva	7.094,07
Luiz Felipe Sieben Martins	465.902,22
Sonia Meri Fagundes	1.638,04
Maria de Lourdes Gomes Moreira	9.430,13
Carlos Alberto de Almeida Garcia	19.517,88
Silvania Vasques Santos	1.301,11
Selene Fagundes da Silva	8.951,66
Federalina Silva Ribeiro	565,28
Ruy Rogério Machado Palmeiro	555,88
Jurema Leão Schell	14.840,85
Eden Boscaini Basegio	2.787,23
Ieda Weber Rodrigues	131.000,77
Mari Lucie da Silva Loreto	482,31
Leila Maria Cauduro Harb Bizzi	599,86
Eduardo Schiehl	416.398,54
Cláudia Hernandes Ogeda	95.074,04
Izabel Cristina Custódio de Souza	157.388,68
Aurimar da Silva Passos	5.428,22
Attivita comércio e Serviços Ltda	6.046,07
Alexandre de Bernardi	11.834,38
Tatiana Dillenburg Saint Pierre	115.459,74
Valéria Bandeira de Oliveira	458,51
Ademir Alvares Pereira	496,82
Maria Inês Veiga Rodrigues	22.036,46
Fabiane Inês Graef Muller	292,91
Luciane Teresinha Lemos	2.908,19
Rogério Melnick	4.427,95
Sandro Roberto Calvo Alvarez	639,18
Moacyr Gomes Junior	5.901,53
Fruticultura São Jorge Ltda	43.208,49
A Agüero e Cia Ltda	8.852,53
Outfront Media Brasil Ltda	8.175,51
Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciência	190.253,16

continuação



continuação

Município de Cachoeirinha	38.741,02
Município de Alvorada	104.162,08
Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda	2.396,91
Vanderlei Lanzarini Gonçalves	102.592,74
Borges e Lanzarini Ltda	175.109,97
Farmácia São Judas Tadeu Ltda	185.052,91
Município de Ivorá	28.593,35
Jaqueline Britz Muller - ME	16.391,40
Marco Aurélio Gioia - ME	193.058,63
Gres Engenharia e Serviços Ltda	10.743,88
Jeanette Rodrigues e Lopes Ltda	85.495,35
Engebral Engenharia Brasileira Ltda	464.472,75
Carlos Alberto Saraiva da Silva - ME	31.433,48
Calçados Vera Cruz Ltda	533.541,49
Total	7.286.507,88

Fonte: SIAFI 2016

Também houve, em 2016, a baixa do valor de R\$ 11.640,34 (onze mil seiscientos e quarenta reais e trinta e quatro centavos) registrado no item Demais Créditos e Valores a Longo Prazo. Esse valor se referia a aquisição de linhas telefônicas da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) nos anos 1994/1995/1996. Com a privatização da CRT em 1998 essas linhas foram transformadas em ações de empresas de telefonia que estão registradas no grupo Investimentos.

Nota 01.006 - Investimentos

As principais participações da UFRGS em empresas são referentes a ações de empresas de telefonia avaliadas pela comissão de inventário conforme demonstrado nas Tabelas 08 e 09.



Tabela 08 – Ações de telefonia da UFRGS - 2016

Empresa	Tipo	Quantidade	Valor da Ação no Fechamento (22/12/2016) (R\$)	Total
02.558.157/0001-62 - Telefônica Brasil S.A.	ON	2163	43,00	93.009,00
	PN	938	34,89	32.726,82
02.558.115/0001-21 - TIM Participações S.A.	ON	12	7,62	91,44
76.535.764/0001-43 - OI S.A.	ON	7	2,60	18,20
	PN	7	2,24	15,68
Total				125.861,14

Fonte: Inventário de Bens Intangíveis/2016, processo 23078.026249/2016-12

Tabela 09 – Ações de telefonia da UFRGS - 2015

Empresa	Tipo	Qtdade	Valor da Ação no Fechamento (17/12/2015) (R\$)	Total
02.558.157/0001-62 - Telefônica Brasil S.A.	ON	2163	37,70	81.696,51
	PN	938	32,80	30.766,40
02.558.115/0001-21 - TIM Participações S.A.	N	12	7,27	87,24
76.535.764/0001-43 - OI S.A.	ON	7	2,28	15,96
	PN	7	1,58	11,06
Total				112.577,17

Fonte: Inventário de Bens Intangíveis/2015, processo 23078.031330/2015-33

Esse item apresentou variação positiva de 11,80% em relação a 2015.

No exercício de 2016 foi realizada, após análise da função das contas, a transferência do valor da conta Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial para a



conta Participações Avaliadas pelo Método de Custo, tendo em vista ser essa última utilizada para o registro de investimentos não relevantes e em sociedades que não sejam coligadas ou controladas, que é o caso dos investimentos da Universidade.

Nota 01.007 - Imobilizado

O Imobilizado da UFRGS é composto pelos bens móveis, imóveis e suas devidas depreciações e representa 55,65% do total do ativo.

A composição do Imobilizado da UFRGS pode ser visualizada na Tabela 10.

Tabela 10 – Composição do imobilizado

Imobilizado	Valor em 31/12/2016 (R\$)
Bens Imóveis	176.211.463,77
Edifícios	8.650.000,00
Imóveis de Uso Especial	142.308.151,98
Obras em Andamento	11.746.698,08
Obras em andamento – convênios	4.736.000,00
Instalações	2.537.230,71
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	6.233.494,48
Depreciação Acumulada - Imóveis	(228.460,44)
Bens Móveis	339.714.262,56
Depreciação Acumulada - Móveis	(84.793.928,69)
Total	430.903.337,20

Fonte: SIAFI 2016

A respeito dos bens imóveis, ressalta-se que os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). Este sistema está integrado com o SIAFI.

A depreciação acumulada dos bens imóveis tem sido registrada pela Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT/STN) com base nas informações do SPIUnet enviadas pela SPU.

Quanto ao valor registrado em Edifícios, o mesmo refere-se a aquisições de imóveis ainda pendentes de registros no SPIUnet.



Tabela 11 – Composição da conta edifícios

Processo de Pagamento	Imóvel	Valor em 31/12/2016 (R\$)
23078.030662/12-13	Rua Washington Luiz	1.350.000,00
23078.038941/12-71	Rua São Luiz	2.500.000,00
23078.038879/2014-78	Av. Princesa Isabel	4.800.000,00
Total		8.650.000,00

Fonte: SIAFI 2016

O valor referente a benfeitorias em propriedade de terceiros refere-se ao valor do Quarteirão 01 do Campus Saúde cujo terreno pertence ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre e onde estão localizados a Escola de Enfermagem, a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Medicina, o Centro de Processamento de Dados, a Gráfica, o Restaurante Universitário – RU2 e a Creche.

A respeito dos bens móveis informamos que a partir do exercício de 2010 a UFRGS passou a efetuar a contabilização da depreciação de bens móveis de acordo com a macrofunção “02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações” emitida pela STN que trouxe definições e procedimentos para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

Essa macrofunção estabeleceu um cronograma de implantação para o período de transição 2010 – 2014. A partir de 2015 todos os bens da Universidade passaram a ser depreciados.

Em 2016 houve um impacto negativo no patrimônio líquido, derivado do registro da depreciação, na ordem de R\$ 84.793.928,69 (oitenta e quatro milhões setecentos e noventa e três mil novecentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos). Porém esse registro proporciona uma melhora significativa na qualidade da informação contábil apresentada.

Tabela 12 – Composição dos bens móveis

Bens móveis	Valor em 31/12/2016 (R\$)	Depreciação Acumulada em 31/12/2016 (R\$)
1.2.3.1.1.01.00 Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	166.911.306,82	-
1.2.3.1.1.01.01 Aparelhos de Medição e Orientação	35.226.601,09	6.197.373,91

continua



continuação

1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.418.048,03	774.604,91
1.2.3.1.1.01.03	Equipamentos/Utensílios Médicos/Odontológicos/Laboratoriais/Hospitalares	84.108.573,80	12.824.104,53
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	856.503,07	177.549,30
1.2.3.1.1.01.05	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	1.459.464,64	297.899,30
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	3.889.570,18	439.005,24
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	14.575.715,08	2.833.691,16
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	3.976.050,83	896.587,69
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	5.339.860,16	1.363.140,96
1.2.3.1.1.01.10	Equipamentos de Montaria	187.206,90	42.567,25
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	83.640,32	54.455,82
1.2.3.1.1.01.13	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	110.494,18	7.064,99
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	6.160,98	777,06
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	2.209.838,79	459.248,30
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	4.781.647,04	1.288.591,92
1.2.3.1.1.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	6.682.931,73	2.034.918,86
1.2.3.1.1.02.00	Bens de Informática	68.676.493,00	-
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	68.676.493,00	34.290.050,58
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e Utensílios	45.697.029,80	-
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	13.746.511,76	3.744.870,13
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	188.189,26	41.090,53
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em Geral	31.762.328,78	8.239.370,13
1.2.3.1.1.04.00	Material Cultural, Educacional e de Comunicação	37.883.460,57	-
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	23.321.525,93	-
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e Filmotecas	6.584,80	-
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	1.018.992,68	215.858,40
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	12.880.971,74	3.892.412,40
1.2.3.1.1.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	655.685,42	-
1.2.3.1.1.05.00	Veículos	15.431.836,40	-
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em Geral	766.778,61	115.277,99
1.2.3.1.1.05.03	Veículos de Tração Mecânica	14.623.928,88	3.850.184,45
1.2.3.1.1.05.06	Embarcações	41.128,91	7.269,38
1.2.3.1.1.07.00	Bens Móveis em Andamento	2.612.087,22	-
1.2.3.1.1.07.02	Importações em Andamento	1.501.598,25	-

continua



continuação

1.2.3.1.1.07.03	Adiantamento para Inversões em Bens Móveis	1.110.488,97	-
1.2.3.1.1.99.00	Demais Bens Móveis	2.502.048,75	-
1.2.3.1.1.99.02	Bens em Poder de Outra Unidade ou Terceiros	134.815,11	-
1.2.3.1.1.99.09	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	2.367.233,64	705.963,50
	Total	339.714.262,56	84.793.928,69

Fonte: SIAFI 2016

Nota 01.008 - Intangível

O ativo intangível da UFRGS é composto por marcas, patentes de invenções e softwares. Os softwares representam 34,29% do item e as marcas, direitos e patentes industriais representam 65,71% sendo que a maior parte desse valor é composto por itens em fase de pedido de registro.

Informamos que não é realizada a amortização do intangível, pois todos os itens estão registrados como de vida útil indefinida até que seja possível fazer uma análise mais aprofundada desse item. No momento não possuímos estrutura (sistemas/pessoal) para procedermos essa análise.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Nota 01.009 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais com vencimento no curto prazo.

Na UFRGS o item é composto, principalmente, pelo décimo terceiro a pagar e pelas férias a pagar, como apresentado na Tabela 13.



Tabela 13 – Composição do item obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar

Conta contábil		Valor em 31/12/2016 (R\$)
2.1.1.0.00.00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	9.310.321,61
2.1.1.1.1.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios	9.407,06
2.1.1.1.1.01.02	Décimo Terceiro Salário a Pagar	7.858.011,50
2.1.1.1.1.01.03	Férias a Pagar	1.442.903,05

Fonte: SIAFI 2016

Nota 01.010 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo.

Na UFRGS o item representa 10% do passivo circulante e, em relação a 2015, houve uma redução de 82,08%.

Em 31/12/2016 o item apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.254.440,53 (dois milhões e duzentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e três centavos) referente a fornecedores nacionais.

A Tabela 14 apresenta a composição do item e a variação ocorrida em relação ao exercício de 2015 (análise horizontal – AH).

Tabela 14 – Composição do item fornecedores e contas a pagar e variação em relação a 2015

	Valores em 31/12/2016 (R\$)	Valores em 31/12/2015 (R\$)	AH (%)
Circulante	2.254.440,53	12.583.176,57	-82,08%
Nacionais	2.254.440,53	12.583.176,57	-82,08%
Total	2.254.440,53	12.583.176,57	-82,08%

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Na Tabela 15 foram discriminados os fornecedores com valores mais significativos em aberto, na data base de 31/12/2016 e a variação percentual em relação ao total do item (análise vertical – AV).



Tabela 15 – Fornecedores e contas a pagar por fornecedor e variação em relação ao total

Fornecedor	Valores em 31/12/2016 (R\$)	AV (%)
Fornecedor (A): 18.607.653/0001-07 Bibliotheca Sistemas do Brasil Ltda	147.923,46	6,56 %
Fornecedor (B): 00.418.282/0001-41 Burlani Comércio de Carnes Ltda	147.148,45	6,53 %
Fornecedor (C): 94.958.444/0001-88 Megatron Engenharia Ltda - EPP	125.975,34	5,59 %
Fornecedor (D): 00.482.840/0001-38 Liderança Limpeza e conservação Ltda	105.908,53	4,70 %
Fornecedor (E): 91.360.420/0001-34 Cooperativa dos Suinocultores do Caí Superior Ltda	105.554,55	4,68 %
Demais Fornecedores	1.621.930,20	71,94 %
Total		100,00 %

Fonte: SIAFI, 2016.

Os fornecedores A, B, C, D e E representam 28,06% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Fornecedor (A): 18.607.653/0001-07 Bibliotheca Sistemas do Brasil Ltda se refere a crédito que está apresentado na conta 2.1.3.1.1.04.00 – Credores Nacionais Curto Prazo a ser pago pela Universidade pelo fornecimento de sistema de gerenciamento, controle e segurança de acervo bibliográfico conforme PgERP nº 013/2015.

Fornecedor (B): 00.418.282/0001-41 Burlani Comércio de Carnes Ltda se refere a crédito que está apresentado na conta 2.1.3.1.1.04.00 – Credores Nacionais Curto Prazo a ser pago pela Universidade pelo fornecimento de carne bovina e de carne de frango conforme contratos nº 015/2016 e 063/2016, respectivamente.

Fornecedor (C): 94.958.444/0001-88 Megatron Engenharia Ltda - EPP se refere a crédito que está apresentado na conta 2.1.3.1.1.04.00 – Credores Nacionais Curto Prazo a ser pago pela Universidade pela execução da obra de restauração do prédio do Antigo Instituto de Química Industrial conforme contrato nº 063/2015.

Fornecedor (D): 00.482.840/0001-38 Liderança Limpeza e conservação Ltda se refere a crédito que está apresentado na conta 2.1.3.1.1.04.00 – Credores Nacionais Curto Prazo a ser pago pela Universidade pela prestação de serviços terceirizados nas áreas de técnico de biotério, zelador de edifícios, motoristas e serviços gráficos conforme contratos nº 185/2011, 156/2015, 101/2015 e 011/2013, respectivamente.

Fornecedor (E): 91.360.420/0001-34 Cooperativa dos Suinocultores do Caí Superior Ltda se refere a crédito que está apresentado na conta 2.1.3.1.1.04.00 – Credores Nacionais Curto Prazo a ser pago pela Universidade pelo fornecimento de carne suína conforme contrato nº 023/2016.



Nota 01. 011 - Demais Obrigações a Curto Prazo

O item Demais Obrigações a Curto Prazo é composto, principalmente, pelos valores restituíveis, tais como impostos e contribuições retidos e ainda não recolhidos, depósitos (cauções, depósitos de terceiros, depósitos retidos de fornecedores) e por outras obrigações, tais como indenizações e convênios a pagar e a devolver.

Na UFRGS o item representa 48,69% do passivo circulante.

Tabela 16 – Composição das demais obrigações a curto prazo

Conta contábil		Valor em 31/12/2016 (R\$)
2.1.8.0.00.00	Demais Obrigações a Curto Prazo	10.972.661,25
2.1.8.8.1.01.02	INSS	15.760,44
2.1.8.8.1.01.06	Impostos e Contribuições Diversos Devidos	101.772,63
2.1.8.8.1.01.09	ISS	29.452,13
2.1.8.8.1.01.28	Depósitos Retidos de Fornecedores	1.120.235,10
	Liderança Limpeza e Conservação Ltda	300.362,24
	Uniserv – União de Serviços Ltda	384.766,05
	Click Serviços Especializados de Mão-de-obra Ltda	67.592,54
	Prestadora de Serviços Rota do Sol Ltda	14.118,09
	2MM Eletro telecomunicações Comércio Representação	208.110,26
	Multiágil Limpeza Portaria e Serv.Associados Ltda	145.285,92
2.1.8.8.1.03.01	Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	803,02
2.1.8.8.1.04.02	Depósitos e Cauções Recebidos	22.327,67
	Antônio S Ferreira – Fac. de Odontologia	269,93
	Guipeservice Serviços e Manutenção Ltda	1.002,35
	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda	1.784,20
	Cozilândia Comércio e Manut.de Equipamentos	9.252,36
	W.S. Com. De Ref. e Equip. Ind. Ltda	1.631,02
	Ello Serviço de Mão de Obra Ltda	251,44
	W.S. Com. De Refrigeração e Equip. Ind. Ltda	8.136,37
2.1.8.8.1.04.09	Depósitos de Terceiros	938.228,78
	Convênio SCIT 054/2014	324.495,13
	Convênio SCIT 059/2012	108.723,21
	Convênio SCIT 074/2013	341.096,73

continua



continuação

	Convênio SCIT 067/2014	163.913,71
2.1.8.9.1.01.00	Indenizações, Restituições e Compensações	200,00
	Ida Regina Chitto Stumpf	200,00
2.1.8.9.1.05.00	Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar	6.824.462,34
	Fundação Empresa Escola de Engenharia	723.760,00
	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	6.100.702,34
2.1.8.9.1.12.00	Convênios e Instrumentos Congêneres Devolvidos	1.905.954,54

Fonte: SIAFI 2016

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Nota 01.012 – Provisões de Longo Prazo

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos e que possuem prazo ou valor incerto

O item Provisões de Longo Prazo representa 258,31% do total do passivo e patrimônio líquido.

Em 31/12/2016 as Provisões de Longo Prazo apresentaram um saldo de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Na Tabela 17 é apresentada a composição das provisões, referente a data base de 31/12/2016 em comparação ao exercício de 2015.

Tabela 17 – Composição do item provisões

	Valor em 31/12/2016 (R\$)	Valor em 31/12/2015 (R\$)
Outras Provisões a Longo Prazo	2.000.000.000,00	0,00
Total	2.000.000.000,00	0,00

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

O item Provisões de Longo Prazo, do passivo não circulante, é constituído pela provisão para indenizações trabalhistas relativa a ações judiciais nas quais a Universidade é ré, conforme Ofício nº 28/2016/DEPCONT/PGF/AGU, de 13/07/2016.



A provisão foi registrada pela STN em atendimento a Portaria STN PGF nº 008/2015, em acordo com o MCASP e Manual SIAFI macrofunção “02.03.36 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” e com base nos critérios estabelecidos pela Advocacia Geral da União (AGU) na Portaria nº 040/2015.

A Portaria STN PGF nº 008/2015 estabeleceu os procedimentos a serem adotados pelas setoriais contábeis de Órgãos das autarquias e fundações públicas federais, pelas setoriais contábeis de Órgãos superiores que supervisionem autarquias e fundações públicas federais e pela PGF em relação a evidenciação nas demonstrações contábeis e notas explicativas das ações ajuizadas contra as autarquias e fundações públicas e a Portaria nº 040/2015 estabeleceu os critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas que possam representar riscos fiscais

O registro dessa provisão foi realizado em atendimento aos preceitos contábeis de que todos os fatos que impactam ou impactarão uma entidade devem ser registrados tempestivamente, por isso a STN, que é o órgão central de contabilidade do governo federal, vem orientando toda a administração pública a registrar as provisões de forma que sejam mitigadas quaisquer hipóteses de existência de passivos ocultos.

Quando deixarem de existir as incertezas que levaram ao registro dessa provisão, o valor se tornará uma obrigação que será paga por meio de precatórios.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida, ou seja, representa o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Nota 01.013 – Resultados Acumulados

O item Resultados Acumulados é composto pelo resultado do exercício, resultados de exercícios anteriores e ajustes de exercícios anteriores.

O resultado do exercício representa o resultado do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais e apresentou um valor positivo de R\$ 58.273.681,22 (cinquenta e oito milhões duzentos e setenta e três mil seiscientos e oitenta e um reais e vinte e dois centavos).



Os ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 2.016.942.186,27 (dois bilhões e dezesseis milhões e novecentos e quarenta e dois mil cento e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos), são compostos, principalmente, pelo lançamento da provisão de longo prazo ocorrido em julho/2016.

Também compõem o item os lançamentos de despesas de exercícios anteriores e atualizações de valores de exercícios anteriores referentes às contas de créditos a receber.

As despesas de exercícios anteriores, de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964, são despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não tenham sido processadas na época própria, podendo ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminadas por elementos e obedecida, sempre que possível a ordem cronológica.

Nota 01.014 - Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido apresenta valor negativo como resultado do registro da provisão de longo prazo que foi realizada em conformidade com os preceitos contábeis conforme exposto na Nota 01.012.

O fato do patrimônio líquido apresentar valor negativo apenas evidencia que estamos realizando todos os esforços para efetuarmos os registros contábeis em conformidade com as normas e legislações aplicáveis, evitando, dessa forma, a assimetria entre as informações esperadas pelos Órgãos de Controle e as apresentadas nas demonstrações contábeis.

Nota 01.015 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O ativo financeiro compreende os créditos e valores realizáveis e valores numerários e o passivo financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis.

O ativo permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização e o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

O saldo patrimonial, que é a diferença entre a soma dos ativos financeiro e permanente (Ativo Real) e a soma dos passivos financeiro e permanente (Passivo Real), resultou em 2016, no valor de R\$ 1.296.771.896,15 (um bilhão duzentos e noventa e seis milhões setecentos e



setenta e um mil oitocentos e noventa e seis reais e quinze centavos) como Passivo Real Descoberto em função do registro da provisão de longo prazo.

Nota 01.016 - Quadro das Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos que podem afetar o patrimônio positiva ou negativamente, imediata ou indiretamente, tais como os direitos e obrigações conveniados, direitos e obrigações contratuais, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

As Obrigações Contratuais a Executar representam 72,45% do total dos atos potenciais passivos.

Em 31/12/2016, a UFRGS possuía um saldo de R\$ 193.991.192,85 (cento e noventa e três milhões novecentos e noventa e um mil cento e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos) relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução no exercício de 2016 e a serem executados nos exercícios subsequentes. Na Tabela 18 estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos e é apresentada a variação em relação a 2015 (Análise Horizontal – AH).

Tabela 18 – Composição das obrigações contratuais e variação em relação a 2015

	Valor em 31/12/2016 (R\$)	Valor em 31/12/2015 (R\$)	AH (%)
Fornecimento de Bens	33.092.155,99	44.876.657,64	-26,26 %
Serviços	160.899.036,86	163.312.844,98	-1,48 %
Total	193.991.192,85	208.189.502,62	-6,82 %

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a contratos de serviços que representam mais de 82,94% do total das obrigações assumidas pela Universidade até 31/12/2016.

Na Tabela 19 estão relacionados os 04 (quatro) contratos com os valores mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016 e a variação em relação ao total do item.



Tabela 19 – Obrigações contratuais por contratado e variação em relação ao total

	Valor em 31/12/2016 (R\$)	AV (%)
Contrato (A): Home Engenharia Ltda	37.855.842,48	19,51 %
Contrato (B): Consórcio Subestação Universitária	18.040.000,00	9,30 %
Contrato (C): Eficaz Engenharia Ltda EPP	8.568.424,58	4,42 %
Contrato (D): Uniserv União de Serviços Ltda	8.518.568,57	4,39 %
Demais Contratos	121.008.357,22	62,38 %
Total	193.991.192,85	100,00%

Fonte: SIAFI, 2016.

Os contratos A, B, C e D representam 37,62% do total a ser executado. Abaixo segue descrição dos respectivos contratos.

Contrato (A): 89.322.952/0001-35 Home Engenharia Ltda, contrato nº 227/2014 cujo objeto é a construção do bloco sul do prédio do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, no Campus Saúde em Porto Alegre/RS. Valor total contratado de R\$ 35.725.052,46 (trinta e cinco milhões setecentos e vinte e cinco mil cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos) assinado em 20/11/2014 e vigência até 03/11/2017.

Contrato (B): 23.687.666/0001-65 Consórcio Subestação Universitária, contrato nº 153/2015 cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados para desenvolvimento de projeto básico e executivo e execução de uma subestação de 69kv/13,8kv no Campus do Vale em Porto Alegre/RS. Valor total contratado de R\$ 18.040.000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais) assinado em 11/12/2015 e vigência até 28/04/2018.

Contrato (C): 03.830.484/0001-94 Eficaz Engenharia Ltda EPP, contrato 046/2014 cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, reforma, instalação, adequação, remoção, substituição e ampliação das redes internas de instalações elétricas, luminárias, quadros de energia, instalações elétricas de segurança contra incêndio, instalações de monitoramento e equipamentos elétricos de uso geral dos prédios, incluindo o fornecimento de materiais para a execução dos serviços a serem prestados em diversos locais da UFRGS. Valor anual contratado de R\$ 4.900.176,00 (quatro milhões novecentos mil cento e setenta e seis reais), conforme 2º Termo Aditivo e vigência até 23/03/2016, conforme 1º Termo Aditivo.

Contrato (D): 02.294.475/0001-63 Uniserv União de Serviços Ltda, contrato nº 126/2015 cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de portaria, recepção, recepção bilíngue e guardador de veículos a serem prestados em diversos locais da UFRGS. Valor anual contratado de R\$ 689.634,87 (seiscentos e oitenta e nove mil seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos) e vigência até 20/09/2017, conforme 3º Termo Aditivo.



O valor dos demais contratos é formado por outros contratos de obras, outros contratos de serviços terceirizados, contratos de fornecimentos de bens e de manutenções diversas.

Nota 01.017 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

No exercício de 2016 a UFRGS apresentou déficit financeiro no valor de R\$ 13.549.426,68 (treze milhões quinhentos e quarenta e nove mil quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos) correspondente a diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

02. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da UFRGS durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

No setor público o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Nota 02.001 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 31/12/2016, a UFRGS apresentou a seguinte composição para suas Variações Patrimoniais Aumentativas:

Tabela 20 – Composição e variação das variações patrimoniais aumentativas

	Valor em 31/12/2016 (R\$)	AV (%)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	19.575.189,19	1,11 %
VPA Financeiras	12.404.441,37	0,71 %
Transferências e Delegações Recebidas	1.692.282.690,21	96,24 %
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	29.098.311,29	1,65 %
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.053.150,73	0,29 %
Total	1.758.413.782,79	100 %

Fonte: SIAFI 2016.



Nota 02.002 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido.

Na UFRGS são variações referentes a alienação de semoventes e bens móveis e a serviços diversos prestados como a emissão de diplomas.

Nota 02.003 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreendem, de forma geral, descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Na UFRGS se refere aos valores obtidos pela remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras.

Nota 02.004 – Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intragovernamentais, intergovernamentais, de instituições multigovernamentais, de instituições privadas sem fins lucrativos, de convênios e do exterior.

O expressivo valor em Transferências e Delegações Recebidas se justifica principalmente pelos valores referentes a repasses financeiros recebidos do Órgão Superior Ministério da Educação (MEC).

As transferências são, ainda, formadas por valores referentes a convênios realizados tanto com entidades estatais quanto com entidades privadas sem fins lucrativos, assim como doações e transferências de bens móveis recebidas de outros órgãos como CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), entre outros, e doações e transferências de material de consumo estocável.

Nota 02.005 – Transferências Intragovernamentais

As Transferências Intragovernamentais representam 95,18% do total das variações patrimoniais aumentativas e são compostas principalmente pelos repasses recebidos do MEC que totalizaram, em 2016, o valor de R\$ 1.634.750.439,80 (um bilhão seiscentos e trinta e quatro milhões setecentos e cinquenta mil quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).



Nota 02.006 – Transferências Intergovernamentais

O valor de R\$ 716.411,90 (setecentos e dezesseis mil quatrocentos e onze reais e noventa centavos) de Transferências Intergovernamentais refere-se ao valor principal e rendimentos originados de convênios com o Estado do Rio Grande do Sul por meio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - Contratos 067/2014, 056/201 e 065/2015.

Nota 02.007 – Transferências das Instituições Privadas

As Transferências das Instituições Privadas no valor de R\$ 548.980,17 (quinhentos e quarenta e oito mil novecentos e oitenta reais e dezessete centavos) se referem a lançamentos de regularização dos valores de rendimentos de convênios realizados com entidades privadas sem fins lucrativos e registrados pelo SICONV (Sistema de Convênios) que não estavam contabilizando a conta 1.1.3.1.1.04.00 - Adiantamentos de Transferências Voluntárias.

Nota 02.008 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos.

Em 2016 houve uma redução de 99,31%, em relação à 2015, da reavaliação de ativos principalmente devido a redução do ritmo dos investimentos em obras.

Houve, também, um ganho com alienação no valor de R\$ 641,38 (seiscentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos) referente ao Lote 5 do Leilão de Bens Móveis nº 001/UFRGS/2016.

E os ganhos com incorporação de ativos apresentaram um aumento de 93,73% em relação ao exercício de 2015 principalmente pelo registro da incorporação de um imóvel no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais). O valor também é composto por registros de incorporações de bens móveis.

Nota 02.009 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreendem o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas em grupos anteriores, tais como: resultado positivo de equivalência patrimonial, dividendos, etc.

Em 2016 houve um aumento de 72,94%, em relação à 2015, das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas devido, principalmente, ao registro das atualizações dos créditos a receber, que passou a ser realizado em 2016, e das atualizações dos créditos inscritos em dívida ativa, que em 2015 eram registradas como juros e encargos de mora.



Também houve a reversão, em maio/2016, do valor de R\$ 229,15 (duzentos e vinte e nove reais e quinze centavos) referente ao ajuste de perdas de dívida ativa com base no saldo dos créditos inscritos.

Nota 02.010 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Em 31/12/2016, a UFRGS apresentou a seguinte composição para suas Variações Patrimoniais Diminutivas:

Tabela 21 – Composição e variação das variações patrimoniais diminutivas

	Valor em 31/12/2016 (R\$)	AV (%)
Pessoal e Encargos	875.067.839,42	49,76 %
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	534.351.446,57	30,39 %
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	167.706.856,45	9,54 %
VPD Financeiras	232.664,97	0,01 %
Transferências e Delegações Concedidas	43.061.057,96	2,45 %
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	42.479.551,34	2,42 %
Tributárias	1.741.554,48	0,10 %
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	35.499.130,38	2,02 %
Total	1.700.140.101,57	96,69 %

Fonte: SIAFI 2016.

O expressivo valor em pessoal e encargos e em benefícios previdenciários e assistenciais que, somados, representam 80,15% junto ao valor do uso de bens e serviços e consumo de capital fixo, que representa 9,54%, demonstram que a Universidade empenha seus esforços para suprir suas necessidades de pessoal e de manutenção para sua atividade fim.

Nota 02.011 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões despesas bancárias e correções monetárias.

Em 2016 houve um aumento de 165,26%, em relação a 2015, dos juros e encargos de mora principalmente devido ao pagamento de juros e multas por atraso no pagamento de faturas da Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE) derivados da restrição financeira imposta aos órgãos desde o exercício de 2015 e também a pagamentos em atraso de Taxa de Coleta de Lixo para a Prefeitura de Porto Alegre/RS e pagamento de débito inscrito em dívida ativa pela Receita Federal do Brasil (RFB).



Nota 02.012 – Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais, intergovernamentais, para instituições multigovernamentais, para instituições privadas sem fins lucrativos, para convênios e para o exterior.

Na UFRGS representam 2,45% do total das variações patrimoniais diminutivas e são formadas essencialmente por valores referentes a convênios concluídos no exercício de 2016.

Houve, também, uma redução de 91,03%, em relação a 2015, de outras transferências e delegações concedidas como resultado da diminuição de valores referentes a doações de bens da UFRGS para outras instituições.

Nota 02.013 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.

Em 2016 houve um aumento de 99,55%, em relação à 2015, da reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes para perdas devido ao registro, a partir do exercício de 2016, do ajuste para perdas de demais créditos a receber além do registro que já era realizado para perdas em dívida ativa.

Nota 02.014 – Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

O item impostos, taxas e contribuições de melhoria apresentou um aumento de 61,89% em relação ao exercício de 2015 em função do pagamento de valores referentes ao Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e Taxa de Coleta de Lixo (TLC) para o município de Porto Alegre/RS referente a imóveis adquiridos em 2012/2013.

03. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

As Receitas Orçamentárias são as disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio



público e as Despesas Orçamentárias são o conjunto de dispêndios realizados para o funcionamento e manutenção dos serviços prestados à sociedade.

As Receitas e Despesas Orçamentárias estão consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Na Tabela 22 é apresentada uma visão geral do Balanço Orçamentário com a comparação entre a realização e a previsão/dotação atualizadas e a variação dos itens em relação ao total.

Tabela 22 – Visão geral do Balanço Orçamentário

Receitas	Previsão (R\$)	Realização (R\$)	Realização (%)	AV (%)
Receitas Correntes	35.593.817,00	29.158.948,76	81,92%	99,82%
Receitas de Capital	62.987,00	52.800,00	83,83%	0,18%
Total Receitas	35.656.804,00	29.211.748,76	81,92%	100%
Despesas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Realização (%)	AV (%)
Despesas Correntes	1.692.838.521,00	1.665.603.624,92	98,39%	99,18%
Despesas de Capital	17.022.270,00	13.799.627,20	81,07%	0,82%
Total das Despesas	1.709.860.791,00	1.679.403.252,12	98,22%	100%

Fonte: SIAFI 2016

Nota 03.001 - Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o patrimônio líquido.

Do total da previsão atualizada para as Receitas Correntes, 81,92% foi realizada sendo que o maior volume de arrecadação, em relação aos valores previstos, se refere às outras receitas correntes (452,51%) seguida pelas receitas patrimoniais (113,91%) e de serviços (65,64%).

As receitas patrimoniais representam 36,43% do total das receitas realizadas e se originam de valores arrecadados em função de contratos de concessão de áreas para bares, reprografias, bancos, etc. As receitas de serviços representam 56,28% do total das receitas realizadas e se originam de valores arrecadados em função do pagamento de taxas para inscrição em concursos, multas por atraso na entrega de livros nas bibliotecas, etc e as outras receitas



correntes representam 3,87 % do total das receitas realizadas e se originam de multas previstas em contratos e indenizações.

Tabela 23 – Receitas Correntes: realização versus previsão

Receitas Correntes	Previsão Atualizada (R\$)	Receitas Realizadas (R\$)	%
Receita Patrimonial	9.400.328,00	10.640.452,71	113,19%
Receita Agropecuária	633.421,00	273.272,79	43,14%
Receita Industrial	265.329,00	0,00	-
Receitas de Serviços	25.044.677,00	16.438.967,04	65,64%
Transferências Correntes	0,00	674.699,32	-
Outras Receitas Correntes	250.062,00	1.131.556,90	452,51%
Total	35.593.817,00	29.158.948,76	81,92%

Fonte: SIAFI 2016

Nota 03.002 – Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

Do total da previsão atualizada para as Receitas de Capital, 83,83% foi realizada e se refere às receitas de alienação de bens móveis dos Leilões nº 001/2016 e 004/2016.

Tabela 24 – Receitas de Capital: realização versus previsão

Receitas de Capital	Previsão Atualizada (R\$)	Receitas Realizadas (R\$)	%
Alienação de Bens	62.987,00	52.800,00	83,83%
Total	62.987,00	52.800,00	83,83%

Fonte: SIAFI 2016

Nota 03.003 – Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Do total da dotação atualizada para as Despesas Correntes, 98,39% foi empenhada sendo que o maior volume de Despesas Correntes empenhadas, em relação à dotação atualizada, se refere às despesas com pessoal e encargos sociais (95,92%).



Tabela 25 – Despesas Correntes: valor empenhado versus dotação atualizada

Despesas Correntes	Dotação Atualizada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	%
Pessoal e Encargos Sociais	1.429.912.274,00	1.371.563.071,86	95,92%
Outras Despesas Correntes	262.926.247,00	294.040.553,06	
Total	1.692.838.521,00	1.665.603.624,92	98,39%

Fonte: SIAFI 2016

Do total da Despesa Corrente empenhada, 98,94% foi liquidada e, deste, 99,83% foi paga.

As Despesas Correntes representam 99,18% do total das despesas empenhadas sendo formadas por 81,67 % de despesas com pessoal e encargos sociais e 17,51% de outras despesas correntes.

Tabela 26 – Despesas Correntes: valor liquidado versus valor empenhado e valor pago versus valor liquidado

Despesas Correntes	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	Liquida do (%)	Pago (%)
Pessoal e Encargos Sociais	1.371.563.071,86	1.371.559.473,65	1.371.558.670,63	100%	100%
Outras Despesas Correntes	294.040.553,06	276.458.718,66	273.600.733,54	94,02%	98,97%
Total	1.665.603.624,92	1.648.018.192,31	1.645.159.404,17	98,94%	99,83%

Fonte: SIAFI 2016

Nota 03.004 – Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Do total da dotação atualizada para Despesas de Capital, 81,07% foi empenhada e se refere às despesas com investimentos.

Tabela 27 – Despesas de Capital: valor empenhado versus dotação atualizada

Despesas de Capital	Dotação Atualizada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	%
Investimentos	17.022.270,00	13.799.627,20	81,07%
Total	17.022.270,00	13.799.627,20	81,07%

Fonte: SIAFI 2016



Do total da Despesa de Capital empenhada, 66,39% foi liquidada e, deste, 86,36% foi paga. As Despesas de Capital representam 0,82% do total das despesas empenhadas.

Tabela 28 – Despesas de Capital: valor liquidado versus valor empenhado e valor pago versus valor liquidado

Despesas de Capital	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	Liquida do (%)	Pago (%)
Investimentos	13.799.627,20	9.162.136,94	7.912.595,59	66,39%	86,36%
Total	13.799.627,20	9.162.136,94	7.912.595,59	66,39%	86,36%

Fonte: SIAFI 2016

Nota 03.005 - Restos a Pagar Não Processados

As despesas orçamentárias empenhadas e não liquidadas no exercício são inscritas em Restos a Pagar Não Processados.

Do valor total de Restos a Pagar Não Processados inscritos, 48,37% foram liquidados e 6,41% foram cancelados. Dos valores liquidados, 89,29% foram pagos.

A Tabela 29 demonstra a composição dos Restos a Pagar Não Processados por grupo de despesa.

Tabela 29 – Restos a Pagar Não Processados: composição por grupo de despesa

Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo	%
Pessoal e Encargos Sociais	58.343,20	58.343,20	-	58.343,20	-	-
Outras Despesas Correntes	29.234.252,67	19.444.646,84	2.518.573,96	16.424.772,98	10.290.905,73	35,04%
Investimentos	28.975.593,49	8.682.279,93	1.215.532,30	8.682.279,93	19.077.781,26	64,96%
Total	58.268.189,36	28.185.269,97	3.734.106,26	25.165.396,11	29.368.686,99	100%

Fonte: SIAFI 2016

Do total inscrito/reinscrito, 28,58% se referem a créditos orçamentários de outros órgãos executados pela UFRGS. O saldo, que é resultado da diferença entre os valores inscritos/reinscritos menos os valores pagos e cancelados, representa 50,40% do total inscrito/reinscrito e é composto em sua maior parte pelos investimentos (64,96%).

Em 2016 houve o cancelamento de empenhos de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 3.734.106,26 (três milhões setecentos e trinta e quatro mil cento e seis reais e vinte



e seis centavos). Esses cancelamentos foram efetuados de acordo com solicitações efetuadas pelo ordenador da despesa ou em atendimento ao Decreto 8.407/2015 (Restos Bloqueados) ou após análises em atendimento aos Ofícios Circulares 015/2016/GAB/SPO/SPO-MEC de 17/06/16 (ref. ao Acórdão 226/2016 – TCU) e 026/2016/GAB/SPO/SPO-MEC de 09/12/16 (empenhos anteriores 2013).

Nota 03.006 - Restos a Pagar Processados

As despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e não pagas no exercício são inscritas em Restos a Pagar Processados.

Do valor total de Restos a Pagar Processados inscritos, 81,90% foram pagos e 6,69% foram cancelados.

A Tabela 30 demonstra a composição dos Restos a Pagar Processados por grupo de despesa.

Tabela 30 – Restos a Pagar Processados: composição por grupo de despesa

Grupo de Despesa	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	%
Pessoal e Encargos Sociais	2.901,71	2.901,71	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.392.717,43	15.372.888,07	145.155,44	874.673,92	32,47%
Investimentos	7.208.378,53	3.955.943,62	1.433.461,30	1.818.973,61	67,53%
Total	23.603.997,67	19.331.733,40	1.578.616,74	2.693.647,53	100%

Fonte: SIAFI 2016

Do total inscrito/reinscrito, 33,41% se referem a créditos orçamentários de outros órgãos executados pela UFRGS. O saldo, que é resultado da diferença entre os valores inscritos/reinscritos menos os valores pagos e cancelados, representa 11,41% do total inscrito/reinscrito e é composto em sua maior parte pelos investimentos (67,53%).

Em 2016 houve o cancelamento de empenhos de Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 1.578.616,74 (um milhão quinhentos e setenta e oito mil seiscientos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos). Esses cancelamentos foram efetuados após análise em que foram identificados valores referentes a convênios com vigência expirada, apropriações efetuadas em duplicidade ou por solicitação do Ordenador da Despesa.



Nota 03.007 – Movimentação de Créditos

Em 2016, do total das despesas empenhadas, 2,58% são créditos oriundos de outros órgãos com execução na UFRGS o que equivale a R\$ 43.308.132,14 (quarenta e três milhões trezentos e oito mil cento e trinta e dois reais e quatorze centavos). Desse total, 47,54% são créditos recebidos de órgãos do MEC, como CAPES e o próprio MEC. São créditos para execução de convênios e pagamentos de Gratificação de Encargo de Curso/Concurso de servidores da UFRGS que prestaram serviço em outros órgãos.

Do total da dotação atualizada, 3,36% (R\$ 57.439.434,56) são créditos concedidos em sua maior parte para órgãos da Justiça Federal e se referem a precatórios e também para pagamento de Gratificação de Encargo de Curso/Concurso de servidores de outros órgãos que prestaram serviço na UFRGS.

04. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira do órgão e possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício que é apurado pelo Balanço Patrimonial.

É composto pelas receitas e despesas orçamentárias, elencadas de acordo com a fonte de origem dos recursos, bem como pelos ingressos e dispêndios extraorçamentários e os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Nota 04.001 - Receitas Orçamentárias

São fontes de recursos utilizados em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

As Receitas Orçamentárias são compostas em sua maior parte por receitas vinculadas, que são aquelas cuja origem e aplicação estão vinculadas, e representam 1,62% do total dos ingressos em 2016.

Nota 04.002 - Transferências Financeiras Recebidas

Transferências Financeiras Recebidas refletem a movimentação de recursos financeiros recebidos de outros órgãos da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

O repasse recebido do MEC representa 90,81% do total dos ingressos em 2016.



Nota 04.003 - Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento como, por exemplo, fianças, cauções, inscrição de restos a pagar.

Dentre os saldos de maior relevância destacam-se a inscrição dos restos a pagar não processados e a inscrição dos restos a pagar processados que representam, respectivamente, 0,23% e 1,23% do total dos ingressos em 2016.

Tabela 31 – Análise vertical dos ingressos

Ingressos		Análise Vertical (%)
Ordinárias	286.512,46	0,02%
Vinculadas - Deduções	30.495.871,80	1,61%
Receitas Orçamentárias	29.211.748,76	1,62%
Repasse Recebido	1.634.750.439,80	90,81%
Transferências Recebidas p/ Pagto RP	36.181.511,17	2,01%
Movimentação Saldos Patrimoniais	2.661.097,36	0,15%
Transferências Financeiras Recebidas	1.673.593.048,33	92,97%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.108.329,49	0,23%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Proc	22.222.922,87	1,23%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.460.346,10	0,08%
Outros Recebimentos	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	27.791.598,46	1,54%
Saldo do Exercício Anterior	69.585.904,18	3,87%
Total dos Ingressos	1.800.182.299,73	100%

Fonte: SIAFI 2016

Nota 04.004 - Despesas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias são o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade dependentes de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivados.

As Despesas Orçamentárias são compostas, em sua maior parte, por despesas vinculadas que representam 76,05% do total dos dispêndios em 2016.



Nota 04.005 - Transferências Financeiras Concedidas

Transferências Financeiras Concedidas refletem a movimentação de recursos financeiros concedidos a outros órgãos da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

As transferências independentes da execução orçamentária representam 0,05% do total dos dispêndios em 2016.

Nota 04.006 - Despesas Extra orçamentários

Compreendem pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária como, por exemplo, devoluções de depósitos e restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Dentre os valores de maior relevância destacam-se os pagamentos dos restos a pagar não processados e os pagamentos dos restos a pagar processados que representam, respectivamente, 1,07% e 1,40% do total dos dispêndios em 2016.

Tabela 32 – Análise vertical dos dispêndios

Dispêndios		Análise Vertical (%)
Ordinárias	310.440.956,58	17,24%
Vinculadas - Deduções	1.368.962.295,54	76,05%
Despesas Orçamentárias	1.679.403.252,12	93,29%
Repasse Concedido	64.030,99	0,00%
Repasse Devolvido	70.000,00	0,00%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.935,00	0,00%
Demais Transferências Concedidas	123.442,18	0,01%
Movimento de Saldos Patrimoniais	644.687,06	0,04%
Transferências Financeiras Concedidas	906.095,23	0,05%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	19.331.733,40	1,07%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Proc	25.165.396,11	1,40%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	552.833,72	0,03%
Despesas Extraorçamentárias	45.049.963,23	2,50%
Saldo para o Exercício Seguinte	74.822.989,15	4,16%
Total dos Dispêndios	1.800.182.299,73	100%

Fonte: SIAFI 2016



Nota 04.007 – Inscrição dos Restos a Pagar Processados

Restos a Pagar Processados são despesas empenhadas, liquidadas e não pagas no exercício. Em 2016, em relação a 2015, houve uma redução de 78,49% na inscrição de Restos a Pagar Processados.

Nota 04.008 – Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados

Os Restos a Pagar Não Processados são despesas empenhadas e não liquidadas no exercício. Em 2016, em relação a 2015, houve uma redução de 53,25% na inscrição de Restos a Pagar Não Processados.

Nota 04.009 – Pagamento dos Restos a Pagar Processados

Em 2016, em relação a 2015, houve um aumento de 2,68% no pagamento de Restos a Pagar Processados. Foram pagos R\$ 19.331.733,40 (dezenove milhões trezentos e trinta e um mil setecentos e trinta e três reais e quarenta centavos) em despesas inscritas em Restos a Pagar Processados.

05. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite analisar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e utilizar recursos próprios ou de terceiros em suas atividades.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Em 2016 o total em Caixa e Equivalentes de Caixa Final foi de R\$ 74.822.989,15 (setenta e quatro milhões oitocentos e vinte e dois mil novecentos e oitenta e nove reais e quinze centavos).

Nota 05.001 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

Em 2016, em relação a 2015, houve uma redução no fluxo operacional de 46,47% como resultado da queda de ingressos referentes a receitas agropecuárias e de serviços e a manutenção do nível dos desembolsos.



Nota 05.002 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Compreendem a diferença entre as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e amortização de empréstimos e financiamentos concedidos e as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.

Em 2016, em relação a 2015, houve uma redução de 50,40% no fluxo de investimentos. Houve redução de 52,39% nos ingressos e de 50,41% nos desembolsos.

Nota 05.003 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Compreendem a diferença entre as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito e as despesas com amortização da dívida.

Em 2016 a UFRGS não apresentou operações de crédito.

Nota 05.004 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é o resultado dos fluxos. Em 2016 totalizou o valor de R\$ 5.237.084,97 (cinco milhões duzentos e trinta e sete mil e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos), 18,23 % menor do que em 2015 que foi de R\$ 6.404.352,56 (seis milhões quatrocentos e quatro mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) resultante do fluxo operacional.

Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

Receitas e Despesas orçamentárias

As Receitas Orçamentárias são fontes de recursos utilizadas em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

As Despesas Orçamentárias são os dispêndios realizados para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

As Receitas Orçamentárias apresentadas no Balanço Orçamentário são formadas pelas receitas arrecadadas diretamente pela UFRGS por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU). Seu registro contábil é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação.

Eventuais diferenças entre as informações de arrecadação e os registros de classificação no SIAFI decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso.



Ingressos e Dispêndios Extraorçamentários

A contabilização desses ingressos e dispêndios envolve os recursos que independem de autorização na lei orçamentária anual, como as entradas compensatórias (cauções e depósitos diversos), no ativo e passivo financeiros. Depreende-se que seja o fluxo de entradas e saídas de recursos do caixa da União, mas que não são de sua propriedade, e que tenham caráter devolutivo.

Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

Os restos a pagar não processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas e os demais empenhos são anulados.

A partir de 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654/2011, que alterou o artigo 68 do Decreto nº 93.872/1986, a inscrição em restos a pagar não processados a liquidar foi condicionada a indicação dos empenhos pelo Ordenador de Despesa ou pessoa por ele autorizada.

Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores que percorreram os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio de pagamento.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores em caixa e equivalentes de caixa são contabilizados pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são contabilizadas pelo valor original e suas atualizações apuradas até a data do Balanço Patrimonial são contabilizadas em contas de resultado.

Créditos

Os direitos referentes a créditos são contabilizados pelo valor original e suas atualizações e ajustes são contabilizados em contas de resultado.



Estoques

Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais e os ajustes são contabilizados em contas de resultado

Ajuste para Perdas em Créditos

Para constituição do ajuste para perdas em créditos foi utilizada, por similaridade, a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme consta no MCASP 5ª edição, parte III - Procedimentos Contábeis Específicos e no Manual SIAFI. Essa metodologia é utilizada para o cálculo do ajuste para perdas em dívida ativa.

Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária

Para constituição do ajuste foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme consta no MCASP 5ª edição, parte III - Procedimentos Contábeis Específicos e no Manual SIAFI.

Essa metodologia se baseia na média percentual de recebimentos passados e no saldo atualizado da conta de dívida ativa não tributária. A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios.

A média ponderada de recebimentos é calculada em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais.

A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais dividida pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

O ajuste será igual ao saldo da conta dívida ativa menos o percentual da média percentual de recebimentos multiplicado pelo mesmo saldo da conta de dívida ativa.

Matematicamente:

Média Anual de Saldos Mensais (A) = soma dos saldos mensais na conta Dívida Ativa Não Tributária ÷ 12

Média Mensal de Recebimentos (B) = total dos recebimentos no exercício ÷ 12

Média Ponderada de Recebimentos no exercício = (B ÷ A) x 100



Média % de Recebimentos (C) = soma das médias ponderadas de cada exercício ÷ 3

Ajuste de Perdas = saldo na conta Dívida Ativa Não Tributária – (C x saldo na conta Dívida Ativa Não Tributária)

Investimentos

Os valores relativos a participações em empresas são mensurados com base em valor de mercado. Apesar de não corresponder a critério contábil geralmente aceito o valor dos investimentos é irrelevante no total do patrimônio líquido não causando comprometimento.

Imobilizado

No imobilizado estão registrados os bens móveis e imóveis da UFRGS pelos seus valores de aquisição, produção ou construção, conforme o caso.

Conforme manual do SPIUnet a avaliação dos imóveis obedece aos seguintes critérios: as reavaliações dos imóveis cadastrados são elaboradas pelas unidades levando em consideração as alterações que agregam valor ao patrimônio imobiliário, os valores de reavaliações são calculados pelo sistema conforme critérios pré-definidos considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais atualizados periodicamente pelas unidades.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

Vale destacar que a administração pública federal não praticava até o exercício de 2010 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e muitos recursos humanos, principalmente para aquisições realizadas em exercícios anteriores



a 2010. Por isso o procedimento foi realizado gradativamente respeitando-se o cronograma indicado no Manual SIAFI sob o código “02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações”. Essa macrofunção, emitida pela STN, estabeleceu definições e procedimentos para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado. Estabeleceu, também, um cronograma de implantação para o período de transição 2010- 2014.

Assim sendo, iniciou-se o procedimento de depreciação pelos bens móveis colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentavam uma base monetária inicial confiável, não necessitando serem submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, passou-se a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos exercícios anteriores, conforme cronograma indicado pelo Manual SIAFI e após a realização do ajuste de seus valores que ocorreu da seguinte forma: bens móveis com mais de cinco anos de tempo de vida útil ou com valor original de R\$ 0,01 foram reavaliados usando-se como parâmetro de cálculo o valor médio da descrição padronizada, que é calculado como a média dos valores originais de bens da mesma descrição tombados, e não baixados, a partir de 01/01/2000.

A partir de 2015 todos os bens móveis da Universidade passaram a ser depreciados.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, correspondendo tanto os custos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

O órgão deverá seguir a tabela de vida útil, estabelecida para cada grupo de bens a ser depreciado. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da administração pública para geração de dados consistentes e comparáveis. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado no Quadro 01.



Quadro 01 – Vida útil e valor residual dos bens móveis

GRUPOS DE ATIVOS	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20%
Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos de Montaria	5	10%
Equipamentos e Material Sigiloso e Reservado	10	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	5	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo	30	10%
Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%
Equipamentos de Máquinas e Motores Navios de Esquadra	-	-
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equip. e Sistema de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10%
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropecuários e Rodoviários	10	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Construção Civil	20	10%
Máquinas e Equipamentos Eletro-Eletrônicos	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10	10%
Equipamento de Processamento de Dados	5	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Utensílios em Geral	10	10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%
Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
Máquinas e Equipamentos para Fins Didáticos	10	10%
Outros Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%
Veículos em Geral	15	10%
Veículos Ferroviários	30	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Carros de Combate	30	10%
Aeronaves	-	-
Embarcações	-	-
Armamentos	20	15%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10%
Armazéns Estruturais – Coberturas de Lona	10	10%
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Fonte: Manual SIAFI

Os cálculos, com base nos parâmetros estabelecidos, foram efetuados pelo Sistema de Administração Patrimonial (SAP), que é o sistema de controle patrimonial desenvolvido pelo



Centro de Processamento de Dados (CPD) da Universidade em conjunto com o Departamento de Patrimônio (DEPATRI).

Quanto a depreciação de bens imóveis, a mesma tem sido registrada pela Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT/STN) com base nas informações do SPIUnet enviadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Quanto ao registro da amortização de bens intangíveis informamos que, de acordo com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCCP), anexo da Portaria STN nº 548, de 24/09/2015, o prazo limite para a preparação de sistemas e outras providências de implantação para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de intangíveis é 31/12/2018 e a obrigatoriedade dos registros contábeis a partir de 01/01/2019.

Também informamos que a amortização somente é registrada para itens com vida útil definida, o que não é o caso dos itens registrados na UFRGS até o momento.

Outras Informações

Essa universidade não possui análise de empresa de auditoria independente.

Os registros contábeis estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante os prazos prescricionais, conforme legislação específica aplicável.

Salientamos que à STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, compete estabelecer normas e procedimentos contábeis com o fim de promover a sistematização e a padronização das informações no âmbito da União e à UFRGS, como órgão setorial do sistema, compete seguir o que é estabelecido pela STN, função que tem sido desempenhada da melhor forma possível visando, a cada dia, a geração de informações úteis aos gestores e em conformidade com a legislação.

Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2017.

Denise de Carvalho Benedetti Santos
CRC-RS 069243/O-0

Cientes,

Rui Vicente Oppermann
Reitor da UFRGS

Tadeu Martin da Silva
Diretor Depto Contabilidade e Finanças